



## Alterações na estrutura agrária dos estados de Minas Gerais e São Paulo: consequências da cana-de-açúcar e política pública

Gláucia Elisa Mardegan<sup>1</sup>

Os anos de 2000, foi marcado por dois eventos, em que, o Estado brasileiro teve políticas que estimularam a exportações do agronegócio (FREDERICO, 2012), com um período de transição energética (PIRES DO RIO, 2011) em âmbito mundial, proporcionando a busca por alternativas energéticas, consideradas mais ecológicas que as derivadas do petróleo. Esta procura favoreceu a expansão de matérias-primas direcionadas para a produção de agrocombustíveis, entre essas, a cana-de-açúcar ganhou destaque, particularmente no território brasileiro.

Com o destacamento da cana, ocorreu sua expansão por várias regiões do território brasileiro, em especial o Centro-Sul do país, e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul (MARDEGAN; MIYAMOTO, 2017).

Este trabalho versa a estrutura agrária e as suas modificações geradas conforme a expansão da cultura canavieira nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em um período marcado por mudanças significativas no setor, que eram direcionadas para o contexto ambiental e acabaram gerando transformações tecnológicas no setor sucroenergético.

O artigo tem o objetivo analisar a expansão da cultura de cana-de-açúcar nos estados de Minas Gerais e São Paulo, que tiveram um aumento considerável de municípios com a presença da monocultura canavieira de acordo com Mardegan e Miyamoto (2017). A presença desta cultura e a sua expansão, trouxeram consequências como a concentração fundiária em ambos os estados, ou apenas no estado paulista que teve a assinatura do Protocolo Agroambiental do setor, apresenta uma maior concentração fundiária em relação ao estado mineiro.

Este trabalho possui como base metodológica, o apoio em literatura sobre a temática, que auxilia na formação conceitual e na análise de dados. Tratando-se de uma pesquisa com métodos, quantitativo e qualitativo, sendo a integração dos dois métodos. A escolha deste método integrado, ocorreu, pois, ambos auxiliam em um melhor entendimento do acontecimento analisado.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro/SP.  
E-mail: glaumardegan@gmail.com



---

Os dados utilizados neste trabalho, são secundários originados do PAM (Produção Agrícola Municipal) e do Censo Agropecuário, ambos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O recorte temporal será de 2006 a 2017, período que engloba a aplicação dos últimos dois Censos Agropecuários. Foram usados para o desenvolvimento de mapeamento e tabelas sobre os municípios, mineiros e paulistas, analisados. As informações utilizadas são em âmbito municipal e estão também organizadas por RGI (Região Geográfica Imediata), e não foi empregue, dados primários.

Os critérios para a averiguação do tamanho das propriedades, foi embaso em Oliveira (2003), utiliza nesta obra, que, as áreas são categorizadas em três classes, pequena, média e grande. A pequena é até 200 ha, média tem de 200 a 2 000 ha, e a grande é acima de 2 000 ha. Segundo Oliveira (2003) esta classificação foi baseada na Lei Agrária de 1993.

Os resultados apresentam que ocorreu modificações na estrutura agrária das propriedades presentes nos dois estados analisados. Aconteceu um crescimento no número de propriedades de grande porte, em ambos os estados analisados. Apesar de São Paulo há mais de municípios com a presença de cana-de-açúcar e ter uma tradição no setor sucoenergético. Tal como Minas Gerais, independentemente de possuir menos municípios com a presença do cultivo deste elemento agrícola, começando a sobressair, somente a partir dos anos de 2000 com a monocultura da cana (MARDEGAN; MIYAMOTO, 2017), o número de grandes propriedades onde se tem está concentração de canaviais.

**Palavras-chave:** Estrutura agrária. Cana-de-açúcar. São Paulo. Minas Gerais.

